



SIMULADO ESPECIAL

MP ES

Agente De Apoio - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-ES**, cargo de **Agente de Apoio**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ySm5jbQapgkDm4Bm6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/C9V8>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

1. Em “Nos últimos anos, houve um aumento significativo da produtividade”, o elemento destacado é:

- a) objeto direto.
- b) sujeito.
- c) objeto indireto.
- d) predicativo do sujeito.
- e) adjunto adverbial.

2. Assinale a opção que indica corretamente a voz passiva analítica da frase:

“O governo federal anunciou novas medidas econômicas.”

- a) Anunciaram-se novas medidas econômicas pelo governo federal.
- b) Novas medidas econômicas eram anunciadas pelo governo federal.
- c) O governo federal tem anunciado novas medidas econômicas.
- d) Novas medidas econômicas tinham sido anunciadas pelo governo federal.
- e) Novas medidas econômicas foram anunciadas pelo governo federal.

3. Sobre a concordância verbal em “A maioria dos alunos não compareceu à prova.”, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de um caso de dupla possibilidade de concordância, pois o verbo pode concordar com “maioria” ou com “alunos”.
- b) Trata-se de erro de concordância, pois o verbo deveria estar no plural, concordando com “alunos”.

c) Trata-se de caso em que o verbo deve obrigatoriamente concordar com o termo “alunos”.

d) Trata-se de construção com sujeito indeterminado, o que justifica o verbo no singular.

e) Trata-se de verbo impessoal, que deve permanecer no singular independentemente do sujeito.

4. ATENÇÃO: o texto a seguir refere-se à questão.

O levantamento mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta mudanças relevantes no perfil educacional da população brasileira. Entre os dados apresentados, observa-se aumento no número médio de anos de estudo e redução gradual das taxas de analfabetismo, sobretudo entre as gerações mais jovens.

Além disso, o estudo indica que o acesso ao ensino superior cresceu significativamente nas últimas décadas, ainda que persistam desigualdades regionais. As regiões Sudeste e Sul concentram os maiores índices de escolarização, enquanto o Norte e o Nordeste apresentam avanços mais lentos, embora consistentes.

Esses dados revelam uma tendência de melhoria nos indicadores educacionais, mas também evidenciam desafios estruturais que ainda precisam ser superados para garantir maior equidade no acesso à educação de qualidade.

A função de linguagem predominante no texto é:

- a) metalinguística.
- b) fática.
- c) referencial.
- d) apelativa.
- e) emotiva.

5. Assinale a opção em que a relação estabelecida entre os termos difere das demais.

- a) Casa / residência.
- b) Aluno / estudante.
- c) País / Brasil.
- d) Velho / idoso.
- e) Trabalho / emprego.

6. Em “Não compareceu à reunião porque estava doente”, a grafia do elemento destacado se justifica, pois:

- a) é um pronome interrogativo.
- b) apresenta uma preposição ligada a um pronome relativo.
- c) é um termo substantivado.
- d) trata-se de uma conjunção causal.
- e) está sendo utilizado em início de frase.

7. Assinale a opção em que o trecho revela noção de hipótese.

- a) Seguiu adiante, embora estivesse cansado.
- b) Se tivesse estudado mais, teria obtido melhor resultado.
- c) Chegou cedo e organizou todos os documentos.
- d) Falava com entusiasmo, porque acreditava no projeto.
- e) Enquanto aguardava a resposta, revisava o relatório.

8. Assinale a opção em que o elemento destacado não atua como adjetivo.

- a) Observava o cenário com olhar [atento].
- b) Caminhava com passos [lentos] pela rua deserta.
- c) Respondeu [rápido] à pergunta do professor.
- d) Tinha uma expressão [triste] ao final da conversa.
- e) Encontraram uma solução [eficaz] para o problema.

9. Na frase “Ele não estudou: não conseguiu aprovação no concurso.”, o conectivo que liga as duas orações, mantendo o sentido, é:

- a) mas.
- b) e.
- c) portanto.
- d) se.
- e) embora.

10. ATENÇÃO: o texto a seguir refere-se à questão.

João caminhava lentamente pela rua silenciosa, observando as luzes das casas que começavam a se apagar. Pensava nos acontecimentos do dia e nas palavras que não tivera coragem de dizer. Ao chegar em casa, sentou-se à mesa e, por alguns instantes, permaneceu imóvel, como se esperasse que algo ainda pudesse mudar. No entanto, o tempo avançava, indiferente às suas inquietações.

Levantou-se, então, e decidiu escrever uma carta, na esperança de que, por meio dela, pudesse finalmente expressar o que guardara em silêncio. Cada palavra parecia pesada, mas necessária, como se carregasse consigo tudo aquilo que havia sido reprimido.

O texto classifica-se como:

- a) injuntivo.
- b) argumentativo.
- c) descritivo.
- d) narrativo.
- e) expositivo.

11. Assinale a opção em que há uma palavra cuja acentuação foi modificada após o último acordo ortográfico.

- a) Ele parou diante da porta e refletiu sobre a decisão.
- b) A ideia parecia clara, mas não foi bem compreendida.
- c) O herói da história enfrentava grandes desafios.
- d) Ela mantinha o hábito de ler à noite.
- e) O público reagiu com entusiasmo à encenação da história.

12. Assinale a opção que apresenta linguagem figurada.

- a) Ele guardava aquele segredo no fundo da alma.
- b) O aluno respondeu corretamente à questão proposta.
- c) Comprou dois livros na livraria do centro.
- d) Chegou atrasado à reunião marcada.
- e) A professora explicou o conteúdo com clareza.

13. Em “Ele saiu mais cedo porque precisava resolver um problema urgente.”, o conectivo sublinhado pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- a) portanto.
- b) embora.
- c) já que.
- d) se.
- e) contudo.

14. Assinale a frase que completa corretamente a correspondência verbal da seguinte frase:

Se ele tivesse mais tempo, ele _____.

- a) vai estudar mais.
- b) estudará mais.
- c) estudava mais.
- d) estudaria mais.
- e) estudou mais.

15. Assinale a frase que apresenta estrutura em ordem sintática inversa.

- a) O aluno resolveu a questão com facilidade.
- b) Resolveu o aluno a questão com facilidade.
- c) O professor explicou o conteúdo detalhadamente.
- d) Os candidatos aguardavam o resultado final.
- e) A equipe concluiu o trabalho no prazo.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Considere a sentença “Se Carla é biomédica e Camila é astrônoma, então Sérgio é promotor”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- a) Carla não é biomédica ou Camila não é astrônoma ou Sérgio é promotor.
- b) Se Sérgio é promotor, então Carla é biomédica e Camila é astrônoma.
- c) Se Carla não é biomédica e Camila não é astrônoma, então Sérgio não é promotor.
- d) Carla é biomédica e Camila é astrônoma e Sérgio não é promotor.
- e) Se Sérgio não é promotor, então Carla não é biomédica e Camila não é astrônoma.

Baseado no texto abaixo, responda as questões 17 e 18.

Uma equipe especial com 4 servidores será montada para uma missão externa. Estão à disposição 13 servidores, sendo 8 analistas e 5 técnicos.

17. De quantas maneiras podemos formar a equipe, tal que a quantidade de analistas seja superior a de técnicos?

- a) 300
- b) 350
- c) 400
- d) 420
- e) 450

18. Assinale a opção que corresponda à probabilidade de que o grupo tenha pelo menos dois técnicos.

- a) 52/143
- b) 70/143
- c) 73/143
- d) 80/143
- e) 81/143

19. A soma do gênero de um polígono regular com o número de diagonais é igual a 45. Calcule o valor do ângulo interno desse polígono, em graus.

- a) 90
- b) 108
- c) 120
- d) 144
- e) 162

20. Em uma pesquisa feita pelo MP, foram registradas os registros de 5 dias em um órgão do MP, resultando no conjunto:

$$x, x + 2, x + 5, x + 8, y$$

Estudos apontaram que:

A média aritmética é 14;

O quadrado da mediana é 144;

O maior valor do conjunto é y .

Com base nessas informações, o valor de y é:

- a) 27
- b) 25
- c) 23
- d) 19
- e) 15

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MPES***Tiago Zanolla*

21. O Procurador-Geral de Justiça do Estado Alfa, diante de um caso de grande repercussão envolvendo organização criminosa com atuação em múltiplas comarcas, editou ato unilateral designando, sem ouvir o Conselho Superior nem colher a concordância do promotor natural, três promotores de justiça de sua confiança pessoal para atuarem conjuntamente no caso, afastando o membro originalmente competente. Fundamentou o ato no princípio da unidade do Ministério Público, argumentando que, sendo o MP uma instituição única sob sua direção, poderia livremente redistribuir atribuições funcionais. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público previstos no ordenamento vigente, é correto afirmar que o ato do PGJ

- a) é constitucional, pois o princípio da unidade confere ao Procurador-Geral de Justiça poder de redistribuição irrestrita das atribuições funcionais entre os membros da instituição.
- b) é inconstitucional, pois viola o princípio do promotor natural, que impede designações casuísticas pelo chefe da instituição, exigindo que a atuação dos membros observe critérios objetivos previamente definidos, sendo vedado o acusador sob encomenda.
- c) é constitucional, pois o princípio da indivisibilidade autoriza expressamente a substituição de membros uns pelos outros, independentemente da observância de critérios objetivos ou de deliberação colegiada.
- d) é inconstitucional, pois o princípio da unidade, ao estabelecer que o MP é instituição única sob uma só direção, impede que qualquer membro seja designado para atuar fora de sua comarca de origem.
- e) é constitucional, desde que o ato seja fundamentado, pois o princípio da independência funcional, ao garantir liberdade de atuação aos

membros, autoriza simultaneamente o Procurador-Geral a escolher quem exercerá essa liberdade em cada caso concreto.

- 22.** Carolina, assessora jurídica do Governador do Estado Beta, foi incumbida de analisar a constitucionalidade de dois atos praticados pelo Poder Executivo em relação ao Ministério Público estadual: (I) ao receber a proposta orçamentária do MP dentro do prazo da LDO, o Executivo realizou corte unilateral de 15% no valor, sob o argumento de necessidade de ajuste fiscal, antes de encaminhar a proposta consolidada ao Legislativo; e (II) diante da ausência de envio da proposta pelo MP no prazo previsto, o Executivo adotou como base os valores da lei orçamentária vigente, ajustados nos limites da LDO. Ao concluir sua análise, Carolina apontou corretamente que
- a) ambos os atos são constitucionais, pois a autonomia financeira do MP não afasta a competência do Executivo de adequar as propostas orçamentárias às limitações fiscais antes do envio ao Legislativo.
 - b) o ato I é constitucional, pois o Executivo pode realizar ajustes técnicos na proposta para adequá-la à LDO, e o ato II é inconstitucional, pois a omissão do MP deveria paralisar o processo orçamentário até o envio da proposta.
 - c) o ato I é inconstitucional, pois é vedada a redução unilateral pelo Executivo da proposta orçamentária elaborada pelo MP em conformidade com a LDO, cabendo ao Executivo apenas pleitear ao Legislativo a redução pretendida; e o ato II é constitucional, pois corresponde exatamente ao procedimento previsto para a hipótese de não envio da proposta no prazo.
 - d) ambos os atos são inconstitucionais, pois a autonomia financeira do MP impede qualquer interferência do Poder Executivo no processo orçamentário da instituição, inclusive nos casos de omissão no envio da proposta.
 - e) o ato I é constitucional apenas se o corte não ultrapassar os limites da LDO, e o ato II é inconstitucional porque, na omissão do MP, o Executivo deveria elaborar uma nova proposta do

zero, sem tomar como base a lei orçamentária vigente.

23. Fernanda ingressou no Ministério Público do Estado Gama em março de 2022 e, ao longo do estágio probatório, teve sua atuação avaliada positivamente. Em abril de 2024, o Colégio de Procuradores aprovou seu vitaliciamento. Em julho de 2024, o CNMP, ao exercer controle administrativo sobre a instituição, reviu de ofício o ato de vitaliciamento, constatando que Fernanda havia ficado afastada por motivo de licença não remunerada por dez meses durante o período do estágio, o que reduziria seu tempo de efetivo exercício para menos de dois anos. Paralelamente, um influente político local, descontente com investigação conduzida por Fernanda, solicitou ao PGJ que a removesse compulsoriamente para comarca distante. O PGJ, por ato individual e sem deliberação colegiada, atendeu ao pedido. Considerando as garantias dos membros do Ministério Público, é correto afirmar que

- a) ambos os atos são constitucionais: o CNMP pode rever o vitaliciamento por se tratar de ato administrativo, e o PGJ pode remover compulsoriamente qualquer membro por ato individual motivado, independentemente de deliberação colegiada.
- b) o ato do CNMP é inconstitucional, pois o vitaliciamento, uma vez concedido pelo Colégio de Procuradores, torna-se imutável e insuscetível de revisão por qualquer órgão, inclusive o CNMP; e o ato do PGJ é igualmente inconstitucional por violar a inamovibilidade.
- c) o ato do CNMP é constitucional, pois o vitaliciamento tem natureza de ato administrativo e pode ser revisto quando ausentes os pressupostos para sua concessão, como o efetivo exercício por dois anos; e o ato do PGJ é inconstitucional, pois a remoção compulsória exige deliberação do órgão colegiado competente pela maioria absoluta de seus membros, vedada a remoção por ato unilateral do PGJ, ainda que motivada.

d) ambos os atos são inconstitucionais: o CNMP não tem competência para rever atos de vitaliciamento concedidos pelos órgãos colegiados do próprio MP, e o PGJ não pode remover membros compulsoriamente sem anuência do membro afetado.

e) o ato do CNMP é constitucional apenas se Fernanda tiver sido ouvida previamente; e o ato do PGJ é constitucional, pois o interesse público alegado pelo político local configura fundamento suficiente para a remoção compulsória por ato individual do PGJ.

24. Rodrigo, assessor jurídico de um Governador de Estado, foi consultado sobre a possibilidade de o Poder Executivo estadual editar decreto regulamentando procedimentos internos do Ministério Público local, sob o argumento de que, sendo o MP custeado pelo Estado, deveria sujeitar-se ao seu poder regulamentar. Considerando a natureza jurídica do Ministério Público prevista no ordenamento vigente, Rodrigo respondeu corretamente que

- a) o decreto seria inconstitucional, pois o MP é instituição constitucionalmente autônoma, sem subordinação a qualquer dos Poderes da República, não se sujeitando ao poder regulamentar do Executivo.
- b) o decreto seria constitucional, pois o custeio estatal justifica a subordinação regulamentar do MP ao Poder Executivo.
- c) o decreto seria constitucional somente para matérias administrativas, sendo vedado ao Executivo regulamentar a atuação funcional dos membros.
- d) o decreto seria válido se aprovado pelo Procurador-Geral de Justiça, pois a autonomia do MP pode ser mitigada por acordo entre o chefe da instituição e o Governador.
- e) o decreto seria inconstitucional apenas se versasse sobre a ação penal pública, matéria de titularidade exclusiva do MP, sendo válido para demais assuntos administrativos.

25. Luciana, promotora de justiça recém-aprovada no concurso do MP do Espírito Santo, indagou a seu orientador sobre o arcabouço normativo que rege a instituição. Seu orientador explicou que o MP-ES é disciplinado por três camadas normativas distintas. Analisando as afirmativas abaixo:

- I. A norma federal que estabelece as regras gerais de organização dos Ministérios Públicos dos Estados é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- II. A lei complementar estadual que trata de normas específicas do MP-ES pode ser proposta pelo Procurador-Geral de Justiça, sendo essa iniciativa obrigatória.
- III. As normas da LC 75/93, que organiza o MPU, aplicam-se subsidiariamente aos Ministérios Públicos dos Estados. Está correto apenas o que se afirma em
 - a) I, somente.
 - b) II e III, somente.
 - c) I e II, somente.
 - d) I e III, somente.
 - e) I, II e III.

26. Valéria, membro do Ministério Público estadual, foi surpreendida com a instauração de processo disciplinar promovido pelo CNMP, de ofício, em razão de conduta praticada oito meses antes do início da apuração. Inconformada, alegou que: (I) o CNMP não poderia atuar de ofício, dependendo sempre de provocação; e (II) o CNMP não teria competência para rever processos disciplinares, cabendo essa função exclusivamente à corregedoria interna do MP. Considerando as competências do CNMP previstas no texto constitucional, é correto afirmar que

- a) ambas as alegações estão corretas, pois o CNMP só age mediante provocação e a revisão disciplinar é competência exclusiva da corregedoria interna.
- b) a alegação I é correta e a II é incorreta, pois o CNMP depende de provocação para agir, mas pode rever processos disciplinares quando devidamente instado.
- c) a alegação I é incorreta e a II é correta, pois o CNMP pode agir de ofício, mas a revisão de processos disciplinares é privativa da corregedoria interna do MP.
- d) ambas as alegações estão incorretas, pois o CNMP pode agir de ofício e tem competência para rever processos disciplinares de membros julgados há menos de um ano, sem prejuízo da competência disciplinar da própria instituição.
- e) ambas as alegações estão corretas, pois o CNMP, embora possa avocar processos em curso, não pode instaurá-los de ofício nem rever processos já julgados.

27. Henrique, promotor de Justiça do MP-ES, ao conduzir procedimento investigatório criminal de grande repercussão, publicou em suas redes sociais pessoais uma nota em que qualificou publicamente o principal investigado como "indubitavelmente culpado", antes do encerramento das apurações. Na mesma publicação, teceu comentários irônicos e depreciativos sobre decisões finalísticas adotadas pelo Ministério Público Federal em caso conexo. Dias depois, durante audiência, dirigiu-se ao advogado de defesa com linguagem áspera e desdenhosa, afirmando que suas alegações eram "dignas de estudante do primeiro semestre". Considerando os Arts. 12, §1º, e 23 da Resolução CNMP nº 261/2023, a conduta de Henrique

- a) é regular quanto à publicação nas redes sociais, pois a independência funcional assegura liberdade de manifestação em canais pessoais, sendo irregular apenas a linguagem utilizada na audiência.
- b) é irregular apenas quanto aos comentários sobre o MPF, pois a vedação de antecipar juízo de valor se restringe a procedimentos de titularidade do próprio membro, não alcançando manifestações sobre outros órgãos.
- c) é irregular quanto à linguagem utilizada na audiência, mas regular quanto à publicação, pois o Art. 12 se aplica exclusivamente a entrevistas concedidas à imprensa, não a publicações em redes sociais pessoais.
- d) é irregular apenas quanto à antecipação do juízo de valor sobre o investigado, sendo regular o comentário depreciativo sobre o MPF, já que atos finalísticos de outros órgãos não estão protegidos pela vedação do Art. 12, §1º.
- e) é irregular em sua integralidade: a publicação viola o Art. 12, §1º, tanto pela antecipação de juízo de valor sobre apuração não concluída quanto pelo juízo depreciativo sobre atos finalísticos de outro órgão; e a linguagem utilizada na audiência viola o Art. 23, que exige cortesia e linguagem escorreita, polida, respeitosa e compreensível em toda relação institucional.

28. Beatriz, aprovada no concurso para técnica administrativa do MP-ES, estudava a LC nº 95/1997 para se preparar para a integração institucional. Ao analisar a estrutura orgânica do MP-ES, elaborou o seguinte quadro para memorização:

- I) Procuradoria-Geral de Justiça, Subprocuradorias Gerais de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público são órgãos de Administração Superior;
- II) Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e Ouvidoria do Ministério Público são órgãos de Administração;
- III) Procurador-Geral de Justiça, Subprocuradores Gerais de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça são órgãos de Execução;
- IV) Órgãos de Execução Administrativa, Órgãos de Assessoramento e Órgãos de Apoio Administrativo são órgãos Auxiliares. Considerando as disposições da LC nº 95/1997, o quadro elaborado por Beatriz está
 - a) correto apenas nos itens I e II, pois os órgãos de Execução não incluem o Conselho Superior do Ministério Público, que é exclusivo da Administração Superior.
 - b) correto apenas nos itens II e IV, pois as demais categorias apresentam órgãos inseridos em classificações incorretas.
 - c) correto apenas no item III, pois a Ouvidoria integra os órgãos de Execução, não os de Administração, e o item II está, portanto, incorreto.
 - d) incorreto apenas no item IV, pois os órgãos Auxiliares compreendem exclusivamente os Órgãos de Execução Administrativa e os Órgãos de Apoio Administrativo, sem previsão de Órgãos de Assessoramento.
 - e) integralmente correto, pois todos os quatro itens descrevem fielmente a estrutura orgânica do MP-ES prevista na LC nº 95/1997.

29. Durante processo seletivo interno para lotação de servidores do MP-ES, o setor de gestão de pessoas elaborou uma questão de verificação de conhecimentos sobre a estrutura orgânica da instituição. A questão indagava: "Assinale a alternativa que apresenta exclusivamente órgãos de Administração Superior do MP-ES, conforme a LC nº 95/1997." Considerando as disposições da lei, a alternativa correta seria

- a) Procuradoria-Geral de Justiça, Procuradorias de Justiça e Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- b) Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Ouvidoria do Ministério Público.
- c) Procuradoria-Geral de Justiça, Subprocuradorias Gerais de Justiça, Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- d) Procurador-Geral de Justiça, Subprocuradores Gerais de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.
- e) Corregedoria-Geral do Ministério Público, Ouvidoria do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.

30. Leonardo, servidor do MP-ES lotado na área de planejamento institucional, foi incumbido de elaborar um relatório sobre a estrutura orgânica da instituição para novos servidores. Ao redigir o documento, incluiu as seguintes assertivas:

- I. O Conselho Superior do Ministério Público figura tanto entre os órgãos de Administração Superior quanto entre os órgãos de Execução, sendo o único órgão a aparecer nas duas categorias simultaneamente.
- II. As Promotorias de Justiça são órgãos de Administração, enquanto os Promotores de Justiça são órgãos de Execução.
- III. Os órgãos Auxiliares compreendem os Órgãos de Execução Administrativa, os Órgãos de Assessoramento e os Órgãos de Apoio Administrativo. Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. A luz do texto e no que tange ao Ministério público e ao Conselho Nacional do Ministério público. Julgue o item correto:

- a) O presidente do CNMP será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo STF.
- c) O Conselho Nacional do Ministério público compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo PGR.
- d) O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, permitida a recondução;
- e) Na composição do CNMP não terá membros do poder judiciário.

32. De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.
- b) as entidades associativas, não dependem de autorização expressa para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas data e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

33. No Brasil, é possível que seja decretado o estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. De acordo com a Constituição Federal de 1988, tal dispositivo burocrático configura-se como ato extremo, de competência

- a) A.privativa do Presidente da República.
- b) B.privativa do Conselho da Defesa Nacional.
- c) C.privativa da Câmara dos Deputados.
- d) D.exclusiva do Senado Federal.
- e) E.exclusiva do Congresso Nacional.

34. De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. A forma de estado pelo Brasil será:

- a) Composta;
- b) Presidencialista;
- c) Republicana;
- d) democrática;
- e) unitária.

35. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu, Tibério analisando a constituição chegou a seguinte conclusão correta que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supra legais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

36. Suponha que Tibério e Geruza, casados, cidadãos holandeses, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Geruza deu à luz prematuramente ao seu filho Clóvis. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Clóvis

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

37. A Carta maior do país assegura diversos instrumentos judiciais para controle da administração pública, os denominados remédios constitucionais.

Em relação a esses remédios constitucionais e ao controle jurisdicional da administração pública no Direito brasileiro, é correto afirmar que

- a) Quem julga as ações populares contra atos da Presidência da República lesivos a moralidade administrativa é o Supremo Tribunal Federal.
- b) cabe habeas corpus em relação a punição disciplinar militar.
- c) partido político que elegeu apenas um deputado federal poderá impetrar mandado de segurança coletivo, ainda que seja apenas para parte dos interessados.
- d) Ministério Público possui legitimidade para impetrar habeas data para requerer informações quanto à autoria de denunciante de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

e) O Ministério Público não tem legitimidade para impetrar habeas corpus.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

38. A Constituição Federal de 1988 menciona diretamente apenas duas agências reguladoras, são elas:

- a) ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).
- b) ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).
- c) ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).
- d) ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).
- e) ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

39. É correto afirmar que as áreas de atuação das Fundações Públicas são definidas por meio de:

- a) Lei ordinária.
- b) Lei complementar.
- c) Decreto Autônomo.
- d) Estatuto.
- e) Medida Provisória.

40. Trata-se de um ato vinculado:

- a) Licença.
- b) Autorização.
- c) Renúncia.
- d) Dispensa.
- e) Permissão.

41. Sobre a Lei 14.133/21 e as licitações na Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) O Diálogo Competitivo deve apresentar comissão de contratação com pelo menos 3 membros, sendo obrigatório ser servidor efetivo ou empregado do quadro permanente.
- b) A modalidade Leilão deve ser conduzida por leiloeiro oficial, apenas.
- c) O Diálogo Competitivo deve apresentar comissão de contratação com pelo menos 5 membros, sendo obrigatório ser servidor efetivo ou empregado do quadro permanente.
- d) O Diálogo Competitivo deve apresentar comissão de contratação com pelo menos 3 membros, sendo preferencialmente servidor efetivo ou empregado do quadro permanente.
- e) A modalidade Leilão deve ser conduzida por leiloeiro oficial ou pregoeiro.

42. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

- a) Buscar atender ao desenvolvimento sustentável da administração pública.
- b) Zelar pela integridade das licitações.
- c) Não estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes.
- d) Não opor resistência injustificada ao andamento dos processos.
- e) Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional.

43. Nos termos da LIA (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que:

- a) O nepotismo passou a ser previsto como ato de improbidade, tratando-se de uma novidade.
- b) Os atos que causem Lesão ao Erário não sofrem sanção que prevê a perda da função pública.
- c) O ressarcimento ao Erário não será limitado à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- d) A responsabilização por atos de improbidade administrativa é objetiva e exige o elemento dolo.
- e) A mera ausência de prestação de contas não caracteriza, por si só, ato de improbidade, é necessário a culpa.

44. Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, é correto afirmar que:

- a) Não podem realizar a quebra do sigilo telefônico.
- b) Não podem determinar a indisponibilidade de bens do investigado.
- c) O relatório da CPI pode ser enviado ao Ministério Público, mas não ao TCU.
- d) Podem realizar escuta telefônica.
- e) Podem intimar magistrados para depor.

45. O controle exercido pelo Ministério Público do Espírito Santo é:

- a) Sempre externo.
- b) Sempre interno.
- c) Interno quando em relação ao controle de seus próprios atos.
- d) Externo na edição de um regimento interno.
- e) Interno ao promover ações públicas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO*Stefan Fantini*

46. Entre as funções do processo administrativo, há uma que se relaciona à liderança, envolvendo a orientação, a motivação e a influência sobre as pessoas para que o que foi planejado e organizado seja efetivamente realizado. Essa função é a

- a) controle
- b) organização
- c) planejamento
- d) direção
- e) distribuição

47. No contexto dos níveis de planejamento organizacional, existe um tipo de planejamento elaborado pelo nível gerencial, voltado para uma área específica da instituição e orientado para o médio prazo. Esse planejamento é denominado

- a) planejamento global
- b) planejamento estratégico
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento tático

48. Uma empresa estruturou sua organização interna em setores como marketing, finanças, recursos humanos e produção. Nesse caso, ocorreu a departamentalização

- a) por processos
- b) funcional
- c) geográfica
- d) matricial
- e) por clientes

49. Um chefe de setor encaminhou, por meio do correio eletrônico institucional, um aviso aos integrantes de sua equipe comunicando dia e hora de um encontro destinado à apresentação das novas metas do departamento.

Nessa situação, a comunicação realizada é classificada como

- a) formal e lateral;
- b) formal e descendente;
- c) formal e ascendente;
- d) informal e ascendente;
- e) informal e descendente.

50. Suponha que o MP-ES tenha analisado, em 2024, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2025, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2024 para 2025, o MP-ES foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

51. Entre os atributos esperados de um profissional que presta atendimento de qualidade ao público, podem ser mencionadas características como

- a) Equidade, paciência, subjetividade, comunicabilidade.
- b) Presteza, comunicabilidade, indiscrição, eficiência.
- c) Organização, confiabilidade, intolerância, objetividade.
- d) Cortesia, presteza, apresentação, competência.
- e) Eficiência, tolerância, desinteresse, atenção.

NOÇÕES DE GESTÃO DE MATERIAIS*Ricardo Campanário*

52. No que se refere ao controle de estoques, a técnica de classificação que permite identificar os itens que demandam maior atenção por parte do gestor, baseando-se no valor de consumo ou de demanda, é denominada:

- a) Método PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair).
- b) Curva ABC.
- c) Inventário Rotativo.
- d) Giro de Estoque.
- e) Lote Econômico de Compra (LEC).

53. No contexto de armazenamento e conservação de materiais, a atividade que visa garantir a integridade física dos itens contra agentes externos (umidade, calor, poeira) e o manuseio adequado durante o período em que permanecem no almoxarifado é a:

- a) Recebimento.
- b) Distribuição.
- c) Preservação de Materiais.
- d) Requisição de Materiais.
- e) Padronização.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Elisabete Moreira*

54. Em um município do interior, um prefeito recém-eleito decide nomear alguns amigos próximos e parentes para os principais cargos de chefia da prefeitura, alegando que essas pessoas detinham notórios conhecimentos para as funções designadas. Na evolução da Administração Pública, essa prática remete diretamente às características do modelo:

- a) Burocrático.
- b) Gerencial.
- c) Societal.
- d) Patrimonialista.
- e) Racional-legal.

55. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), formulado em 1995 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, representou um marco na tentativa de consolidação da Administração Pública Gerencial no Brasil. Uma das principais diretrizes estruturais propostas por esse plano para aumentar a eficiência do Estado foi a:

- a) Centralização das decisões financeiras no chamado núcleo estratégico do Estado.
- b) Extensão do concurso público a todos os cargos da administração pública.
- c) Flexibilização da gestão e a mudança do controle baseado nos resultados.
- d) Estatização de empresas de serviços de utilidade pública.
- e) Maximização do controle procedimental para assegurar a eficiência nos processos.

56. O diretor de um órgão público estadual percebeu um aumento no número de manifestações registradas na Ouvidoria e, ao analisar os relatórios anuais de gestão, notou que a Ouvidoria não se limitava a arquivar queixas, mas também propunha melhorias estruturais nos fluxos de atendimento ao cidadão e mediava conflitos. No contexto da qualidade no serviço público, essa Ouvidoria atua primordialmente como:

- a) Órgão de mediação disciplinar, no trato de conflitos.
- b) Instância de controle externo, subordinada ao Tribunal de Contas do Estado.
- c) Canal de comunicação passivo, focado em arquivar denúncias.
- d) Instrumento de gestão participativa que fomenta a melhoria contínua dos serviços públicos.
- e) Substituta legal da corregedoria na instauração de inquéritos administrativos e sindicâncias.

57. Sérgio, um pesquisador universitário, acessa o Portal da Transparência do Governo Federal para verificar de forma autônoma e imediata os valores gastos em diárias e passagens aéreas por um determinado Ministério no último ano. Ele consegue baixar todas as planilhas sem precisar protocolar nenhum tipo de pedido formal de informação ao órgão. Essa funcionalidade no Portal da Transparência é a materialização da chamada:

- a) Transparência passiva.
- b) Transparência ativa.
- c) Accountability social.
- d) Accountability horizontal.
- e) Accountability vertical.

58. Em uma capital brasileira, a prefeitura convoca a população para participar das plenárias do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais de Saúde e Educação. Nessas instâncias, os cidadãos debatem, propõem diretrizes e acompanham a execução das políticas públicas. A atuação direta da sociedade civil na definição da alocação dos recursos públicos e na fiscalização das ações do governo é um exemplo clássico de:

- a) Controle interno.
- b) Controle externo.
- c) Controle social.
- d) Controle judicial de mérito.
- e) Controle legislativo financeiro.

59. O Ministério Público do Espírito Santo decidiu implementar um modelo de gestão por resultados e iniciou um projeto de mapeamento e simplificação de processos de denúncias do cidadão, eliminando exigências de cópias autenticadas desnecessárias e etapas de aprovação redundantes que não agregavam valor ao serviço. Essa ação de simplificação de processos visa substituir a lógica tradicional focada em:

- a) Meios e formalismos burocráticos, por uma lógica focada nos fins e na satisfação do usuário.
- b) Eficácia gerencial, por uma lógica focada na legalidade.
- c) Geração de valor público, por uma lógica de controle rígido de insumos operacionais.
- d) Descentralização de poder, por uma lógica de centralização de decisões normativas.
- e) Accountability societal, por uma lógica de prestação de contas financeira.

60. Marta, servidora recém-empossada do Ministério Público no setor de atendimento deparou-se com um cidadão que teve muita dificuldade de compreender e de utilizar o site do MP e resolveu buscar atendimento presencial. Marta pacientemente procurou escutar ativamente o cidadão, adequando o seu vocabulário para torná-lo mais acessível, de forma a garantir o encaminhamento adequado do cidadão, para o processamento de sua demanda. No contexto da qualidade no serviço público, a atitude de Marta demonstra:

- a) Competência técnica para lidar com o cidadão.
- b) Competência interpessoal e empatia.
- c) Padronização no atendimento e impessoalidade.
- d) Transparência pública e responsividade.
- e) Confiabilidade e Segurança.

Discursiva

Texto Motivador I

“De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado em 2025, um em cada quatro empregos no mundo está potencialmente exposto à inteligência artificial generativa. O estudo indica, contudo, que o resultado mais provável dessa exposição é a transformação das ocupações, e não a substituição integral dos postos de trabalho. No Brasil, os dados revelam que 30% da população ocupada possui algum grau de exposição à IA generativa, com queda média de 12% nas vagas de ocupações com maior índice de substituição entre 2022 e 2025.”

Fonte: OIT/NASK — Índice Global de Exposição à IA Generativa, 2025

Texto Motivador II

“Aprovado pelo Parlamento Europeu em março de 2024, o Regulamento Europeu de Inteligência Artificial (EU AI Act) entrou em vigor em 1.º de agosto de 2024, com implementação faseada até agosto de 2027. Trata-se do primeiro marco regulatório abrangente do mundo para sistemas de IA, estruturado em uma classificação por níveis de risco: práticas proibidas (vigentes desde fevereiro de 2025), obrigações para IA de propósito geral (agosto de 2025) e conformidade plena para sistemas de alto risco (agosto de 2026). O regulamento busca equilibrar inovação tecnológica e proteção de direitos fundamentais.”

Fonte: Comissão Europeia — Digital Strategy, 2024-2026

Texto Motivador III

“A experiência humana é reivindicada unilateralmente como matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais.” Com essa formulação, a socióloga Shoshana Zuboff define o conceito de capitalismo de vigilância, modelo econômico em que corporações de tecnologia extraem, analisam e comercializam dados comportamentais por meio de sistemas de inteligência artificial. A autora sustenta que apenas a submissão dessas práticas ao Estado Democrático de Direito pode assegurar que as capacidades digitais avancem em benefício da humanidade.”

Fonte: ZUBOFF, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism. PublicAffairs, 2019

Com base nos textos motivadores e em seus conhecimentos, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

Regulação da inteligência artificial: desafios éticos e impactos no mercado de trabalho

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
